

OS ESPAÇOS DO PODER EM LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI

Nuno Senos e Edite Martins Alberto

O ano de 1415 inaugurou um período central na história de Portugal e também na de Lisboa, esta tantas vezes espelho daquela (Senos, 2013: 27-68). Começou então o processo de criação e consolidação da relação de Portugal com o conjunto de territórios espalhados por quatro continentes, e no centro desta rede ficou, para sempre, Lisboa. A cidade participou activamente nesse processo e, naturalmente, acolheu as respectivas marcas.

A estrutura de poder que governava então o país e as suas extensões ultramarinas podia ser lida, com alguma clareza, no perfil da cidade, dominada, nas alturas, pelo velho castelo medieval de São Jorge, núcleo a partir do qual a cidade se formou, seu reduto defensivo, morada e símbolo maior do poder do rei, mesmo depois de este ter deixado de aí residir. Espectacularmente implantado no alto da colina fronteira, o Convento do Carmo olhava de cima para baixo o grande rossio, espaço da feira da cidade e onde, no final do século, se começou a erguer o Hospital de Todos-os-Santos, o maior da cidade. Uma discussão de Lisboa neste tempo pode ser facilmente organizada a partir destes edifícios (castelo, convento e hospital) e espaços (o rossio).

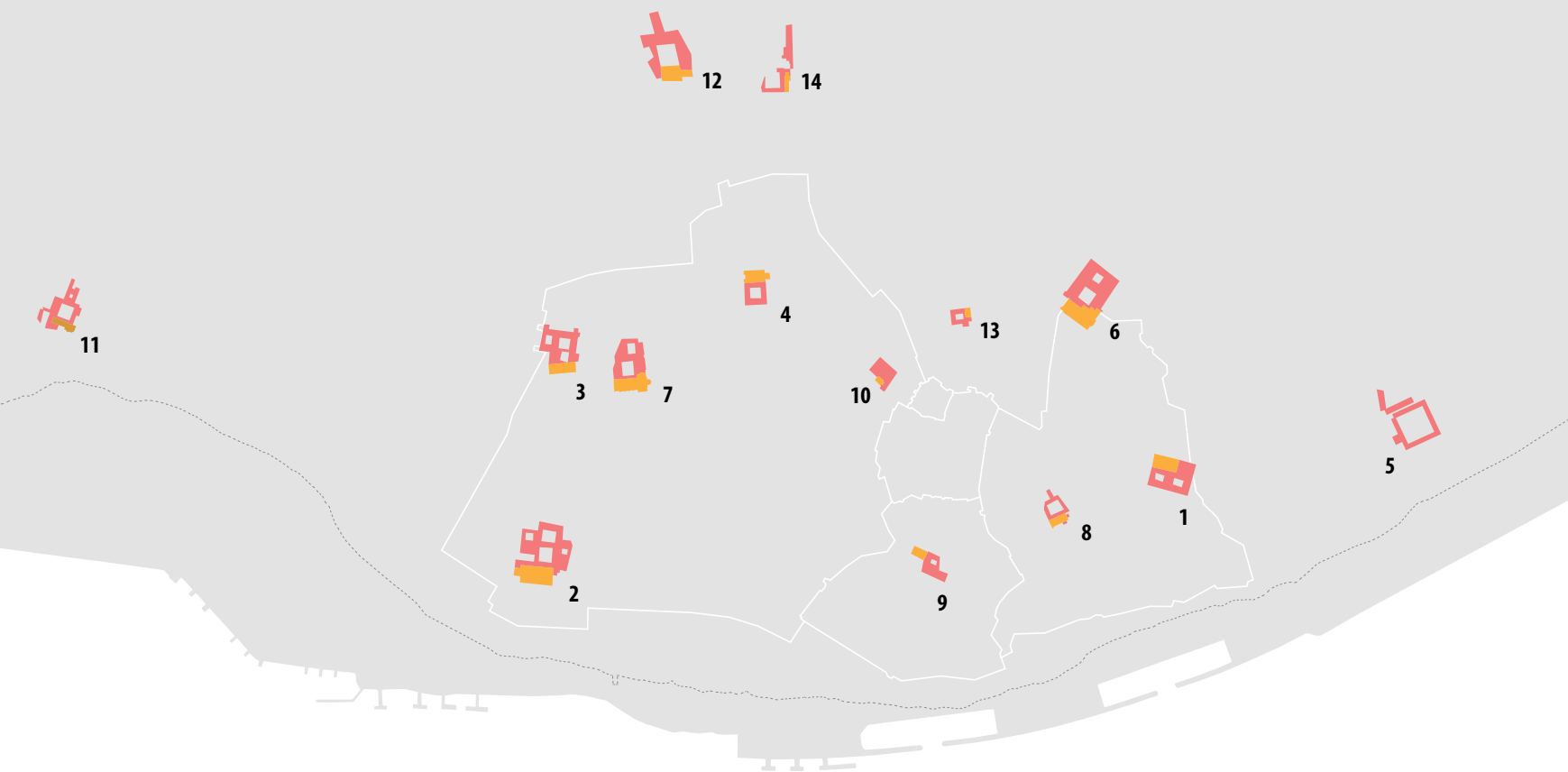
O castelo tinha uma dupla função, a de defesa da cidade e morada do rei. Contudo, a generalização do uso de armas de fogo nos finais do século XV alterava definitivamente a arte de fazer a guerra, decretando a ineficácia de estruturas defensivas medievais como esta. Com a construção da Torre de São Sebastião (Cid, 2007), ainda no reinado de D. João II, e depois, já sob D. Manuel I, da Torre de Belém (Moreira, 1994a), a defesa da cidade deslocou-se para a beira-rio e com ela o paço real.

Ao mesmo tempo, construía-se um outro tipo de edifício, o Hospital Real de Todos-os-Santos (primeira pedra em 1492), uma obra de ruptura (Moita, 1992), produto de um pensamento funcional e profundamente racional que renovava o entendimento do que devia ser um hospital e, num sentido mais lato, de como devia ser entendida a sua arquitectura. Para a cidade de Lisboa, este hospital foi talvez o mais importante edifício nela construído no século XV, não apenas

um equipamento público de inestimável valia, mas o maior então erguido, apenas comparável às próprias muralhas da cidade. A imensa mole quadrada de 116 metros de lado instalou-se no limite norte do tecido urbano, funcionando como ordenador e gerador de mais urbe. As duas funções estão interligadas e prendem-se, não só mas sobretudo, com o rossio, que ganha assim uma fachada monumentalizada e que se vai transformando cada vez mais numa praça propriamente dita, desenhada e construída, limitada por edifícios.

Sobressaía também na malha urbana de Lisboa um elevado número de edifícios religiosos, materialização do peso do clero na vida urbana. A Sé Catedral ou igreja de Santa Maria Maior, construída após a conquista da cidade por D. Afonso Henriques em 1147, constituía o centro da organização eclesiástica. Dependentes da Sé encontravam-se as paróquias ou freguesias eclesiásticas que administravam e estabeleciam a vida religiosa da população. Os baptizados, casamentos, óbitos, bem como a sucessão anual de dias santos e festividades, eram organizados a partir da Igreja e de acordo com o calendário litúrgico. No início do século XV, Lisboa estava dividida em 23 freguesias, situação que se manteve até cerca de 1551, altura em que estas se subdividiram, sobretudo as da periferia ocidental, em consequência do crescimento da zona envolvente da cidade (Silva, 1943: 71-72). As judiarias e a mouraria, com administração própria, isentas da jurisdição eclesiástica, coexistiram com esta realidade territorial até 1496, altura em que perdem a sua existência política e são incorporadas nas freguesias limítrofes. No espaço das paróquias existiam outros locais de culto de maior ou menor dimensão, fruto de devoções antigas ou erigidos por devotos em agradecimento de bênçãos recebidas, o que fazia aumentar o número de edifícios religiosos na paisagem urbana.

A edificação de conventos e mosteiros (Sousa, 2005:14), fruto da fixação em Lisboa de várias ordens religiosas, muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade e para o alargamento da ocupação para fora das muralhas. A primeira casa religiosa, fundada logo após a conquista de Lisboa em 1147, foi o mosteiro de São Vicente de Fora de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. No mesmo



- 1 | MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA (1147)
- 2 | CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE (1217)
- 3 | CONVENTO DA SANTÍSSIMA TRINDADE (1218)
- 4 | CONVENTO DE SÃO DOMINGOS DE LISBOA (1242)
- 5 | CONVENTO DE SANTA CLARA (1288/92)
- 6 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA (1271)
- 7 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO (1389)

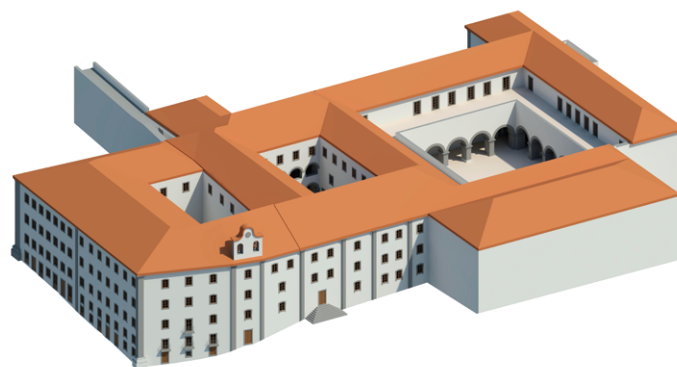
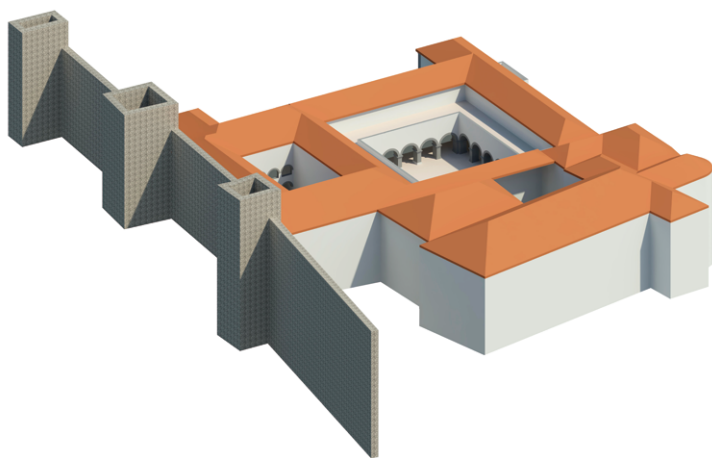
- 8 | CONVENTO DO SANTÍSSIMO REI SALVADOR (1392)
- 9 | CONVENTO DE SANTO ELÓI DE LISBOA (1442)
- 10 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1519)
- 11 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA ESPERANÇA (1527)
- 12 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA (1539)
- 13 | COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-VELHO (1511-1519)
- 14 | CONVENTO DE SANTA ANA (1527)

século foram edificados mais três cenóbios, dado o interesse das novas ordens mendicantes em fixarem-se em Lisboa, surgindo assim, os conventos de São Francisco, da Santíssima Trindade e de São Domingos. A estes somam-se mais seis até 1294, seguindo-se um período de quase um século sem novas construções, à excepção do convento do Carmo, em 1389. Na primeira metade do século XVI a cidade de Lisboa possuía 22 conventos e mosteiros. Se nos séculos XIV e XV, numa altura em que o perímetro urbano pouco ultrapassava os limites da cerca fernandina, estes conventos se localizavam maioritariamente dentro ou junto à muralha ou no eixo ribeirinho oriental entre Santa Clara e Xabregas, nos inícios do século XVI começaram a surgir casas religiosas afastadas do núcleo central da cidade, como o mosteiro dos Jerónimos em Belém, o convento de São Domingos no Calhariz de Benfica ou o convento de Nossa Senhora da Luz, em Carnide, edificados em virtude de acontecimentos marcantes ou no local de devoções já existentes (Mégre e Silva, 2014: 111). Todos eles foram integrados no perímetro da cidade ao longo dos séculos seguintes.

Entre as casas religiosas erguidas até inícios do século XV destacava-se o convento de São Francisco da Cidade, fundado em 1217 no monte Fragoso. Casa-mãe da ordem dos Frades Menores da província de Portugal, constituiu um dos principais elementos dinamizadores do crescimento da zona ocidental durante

a época medieval. Um pouco mais a norte, o convento da Santíssima Trindade, iniciado em 1218, adquiriu papel relevante pela acção dos seus religiosos no resgate e na troca de cativos cristãos e muçulmanos, tanto na Península Ibérica como em terras do norte de África (Alberto, 2000: 194). Tal como o convento franciscano, o cenóbio trinitário situava-se inicialmente fora do limite urbano, sendo ambos abrangidos pela nova cintura de muralhas, erguida no terceiro quartel do século XIV. Os dominicanos chegam a Lisboa em 1242, instalando-se no Rossio. Em 1389, Nuno Álvares Pereira, condestável do reino, em cumprimento de voto feito na batalha de Aljubarrota, procedeu à edificação do convento de Nossa Senhora do Carmo. A igreja, em estilo gótico, eleva-se na colina fronteira à Sé Catedral, marcando a cidade pela sua imponência.

Estas três casas religiosas – São Francisco, Trindade e Carmo – foram fundamentais para a organização da cidade ocidental. O surgimento do chamado Bairro Alto foi fruto desta nova organização, na qual a casa da Companhia de Jesus, edificada a partir de 1553, teve também acção fundamental (Carita, 2012, p. 25). O papel da arquitectura monástica na construção e transformação do território, da paisagem e das formas urbanas, na interacção com os espaços envolventes, está bem presente na evolução urbanística desta colina da cidade (Marato, 2014: 6).



CONVENTO DA SANTÍSSIMA TRINDADE
NOS SÉCULOS XV-XVI E NO SÉCULO XVIII (MULTIMÉDIA DE ANA GIL)
Projecto LxConventos (FCT PTDC/CPC-HAT/4703/2012)



IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA,
ACTUAL IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO VELHA (JOSÉ VICENTE)

Vivendo nos primeiros tempos fora das muralhas da cidade e criando laços fortes entre o burgo e o campo, os franciscanos, os trinitários e os dominicanos estimularam sentimentos de caridade e de oração nos crentes que, pela via testamentária, lhes deixavam os seus bens com o fim expresso de minorar o sofrimento alheio (Serrão, 1998: 18). No sentido de reforçar e organizar de modo sistemático as obras assistenciais desenvolvidas pelos religiosos na cidade, a rainha D. Leonor criou, em 1498, a Misericórdia de Lisboa. A irmandade continha um plano institucional, por meio de um *Compromisso* em que se prescreviam todas as regras do seu funcionamento. A nova irmandade dedicava-se não só ao apoio hospitalar, mas a todo um conjunto de obras de assistência dirigidas a todos os que delas necessitavam (enfermos, mendigos, órfãos, idosos, cativos, leprosos), tanto física como espiritualmente (Serrão, 1998: 20). A Misericórdia de Lisboa, fundada numa das capelas da Sé Catedral, estendeu-se a todo o Reino, com várias casas fundadas ainda em 1498 e nos anos seguintes por todo o Portugal continental, insular e ultramarino. Instituição protegida pelos sucessivos monarcas, depressa se multiplicou praticamente por todos os territórios sob administração portuguesa.

Do ponto de vista das grandes transformações do tecido da cidade no início do século XVI, o fenómeno mais importante que teve então lugar diz respeito à progressiva deslocação do seu centro do alto do castelo para os baixos do largo vale que lhe fica no sopé e sobretudo para a zona ribeirinha. Aí se foram insta-



PAÇO REAL DA RIBEIRA, PERGAMINHO MANUSCRITO E ILUMINURA, LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL I
ANTÓNIO D' HOLLANDA E OUTROS. 1521-1538. MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA - DGPC

lando equipamentos directamente relacionados com o crescente tráfico marítimo, desde cais de atracamento a estaleiros de construção naval e armazéns de mercadoria. O diálogo entre a cidade e o seu rio era dificultado pelas muralhas medievais que cercavam a urbe e aos poucos Lisboa foi construindo sobre elas, apropriando-se delas, derrubando-as onde foi preciso. Esta conquista da muralha e da frente ribeirinha foi um processo lento que no reinado de D. Manuel I conheceu um impulso fundamental.

Do imenso conjunto de obras que então foram pensadas e se iniciaram, importa aqui destacar a construção de uma nova casa para o rei, o Paço da Ribeira (Senos, 2002). Construído a partir de c. 1500, a nova morada do rei instala-se junto ao rio, no local de onde partiam e ao qual regressavam os barcos da Carreira da Índia e, como se tal não bastasse, instalando-se literalmente em cima da antiga Casa de Ceuta que depois se tinha transformado em Casa da Mina e que acabara de se transformar, pela última vez, em Casa da Índia, o edifício mais directamente associado aos territórios recentemente descobertos e conquistados. As zonas residenciais do paço (os aposentos do rei, da rainha, dos príncipes e princesas, as salas de aparato e recepção) distribuíam-se por um complexo de edifícios que se desenvolviam entre as duas antigas muralhas da cidade, a dionisina e a fernandina, com as fachadas meridionais dando para o Terreiro do Paço e as fachadas setentrionais dando para as ruas Nova dos Mercadores e da Sapataria, prolongando-se, em direcção ao rio, no extenso braço terminado, já dentro das suas águas, por um forte que se pode ver em todas as vistas panorâmicas da cidade.

Através da construção deste paço, D. Manuel I coloca-se à cabeça do movimento da sua cidade em direcção ao rio, reconhecendo a inutilidade das velhas muralhas, para lá das quais a sua própria casa se projecta. O mesmo fazem, é claro, as diversas estruturas adjacentes e ligadas ao paço: a poente a Ribeira das Naus, zona de construção naval, e a nascente, o mais importante espaço de aparato da cidade, o grande Terreiro do Paço. Do outro lado do Terreiro instalaram-se três importantes edifícios públicos: a Alfândega (data de arranque desconhecida, mas no reinado de D. Manuel I), o Terreiro do Trigo (só construído mais tarde, mas com terreno reservado desde 1517), e a igreja da Misericórdia (documentada a partir de 1517) para onde se desloca a respectiva irmandade vinda da sé.

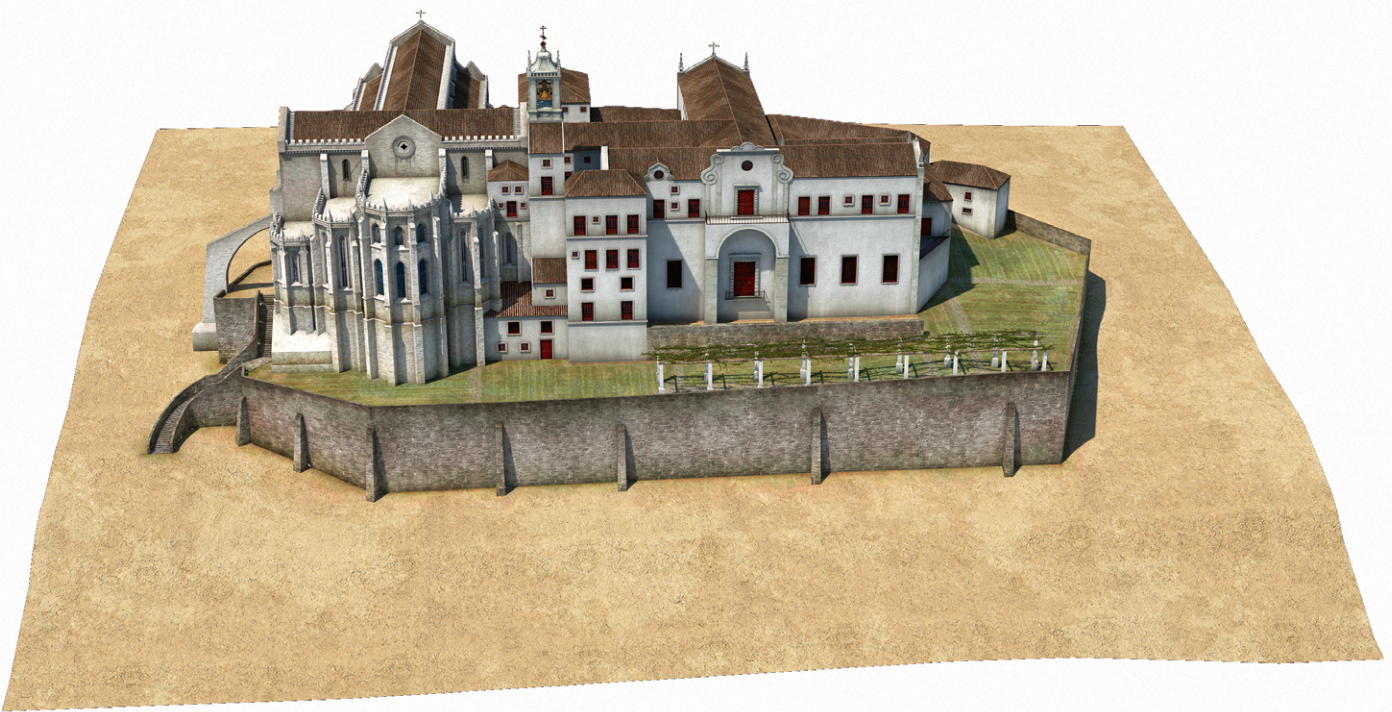
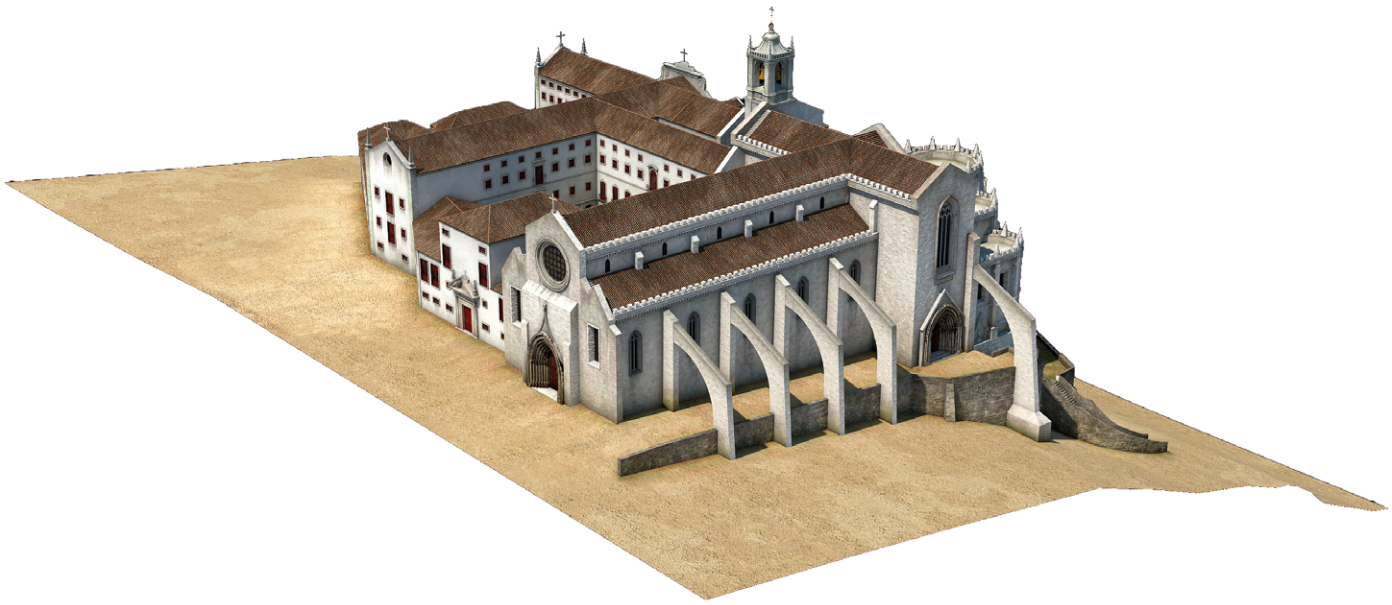
A zona ribeirinha da cidade ia-se assim tornando moda. Seguindo o rei na deslocação da sua morada para a beira-rio, também a velha nobreza do país começava a fazer erguer os seus palácios nas frentes baixas de Alfama, de que o paradigma



CASA DOS BICOS (JOSÉ VICENTE)

mais visível e erudito será a pouco mais tardia Casa dos Bicos (Carita et al., 1983), mandada erguer por Brás de Albuquerque, filho do governador da Índia Afonso de Albuquerque, a partir de 1521. A oriente do Terreiro do Paço instalavam-se cada vez mais os grandes mercadores e financeiros enriquecidos na crescente empresa marítima. Aí, logo a seguir à Ribeira das Naus, desenvolve-se um bairro novo, o Cataquefarás, organizado por loteamentos perpendiculares ao rio dispostos ao longo da rua direita do mesmo nome.

Todo este processo transformativo é coroado por uma última obra que importa referir, o mosteiro dos Jerónimos (Moreira, 1994b), a porta por onde haviam de entrar nestes reinos os triunfos da Índia, como lhe chamou João de Barros. Viu bem o cronista: a construção de uma presença ultramarina em territórios muito distantes de Lisboa revelou-se, afinal, um dos mais poderosos agentes de transformação da cidade.



CONVENTO DO CARMO, 1750, DE SUDOESTE E DE ESTE . MUSEU DE LISBOA